

Câmara Municipal de Pontal do Paraná

pl 027

Mensagem Nº: 029/2014

Processo: 240/14

ANTE Projeto: 030/14

Decreto: -

Resolução: -

Emenda: Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar áreas de terras ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR administrado pela Caixa Econômica Federal.

Iniciativa do: Poder Executivo

Apresentado em: 15/04/2014

COMISSÕES TÉCNICAS

LEGISLAÇÃO J.R. _____

DATA: ____/____/____

FINANÇAS O.F. _____

DATA: ____/____/____

URBANISMO I.M. _____

DATA: ____/____/____

EDUC. C.S.A.T.M.A. _____

DATA: ____/____/____

OBS.: _____

* Figueira com Pauta - 20/05

ENCAMINHADA E LIDA NA SESSÃO DO DIA ____/____/____

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A EMENDA EM ____/____/____

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA ____/____/____

EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM 27/05/14



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 1412, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar áreas de terras ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal, objetivando promover a construção de moradias destinadas à alienação para famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal, fica autorizado, após depósito do valor integral das áreas a serem especificadas e consequente concessão da imissão da posse, a alienar ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, regido pela Lei no. 10.188, de 12.02.2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do PMCMV, os imóveis descritos abaixo:

I – Área 01 - Descrição: Área de terreno situada no local denominado Santa Mônica, Quadra D-E, Lote 200-A da Planta Balneário Santa Mônica, no Município de Pontal do Paraná-Paraná, resultante da unificação dos Lotes 200 à 226 da quadra "D" e os lotes 262 à 283 da quadra "E" e incorporação da Rua Mar Del Plata e áreas de uso comum, medindo 172,00m de frente para a Avenida Santa Mônica, no lado direito de quem da referida avenida olha o imóvel mede 217,12m, em três linhas, sendo que a primeira mede 116,00m, confrontando com a Rua Capri, a segunda mede 37,50m confrontando com o Lote 284 e a terceira mede 63,62m confrontando com os Lotes 284, 285, 286, 287 e 288, no lado esquerdo mede 180,49m confrontando com a Rua Biarritz, e na linha de fundos mede 135,03m, confrontando com o Canal Lagoa Amarela, perfazendo uma área total de 28.535,54m² de forma irregular.

II – Área 2 - Descrição: Área de terreno, situado no local denominado Pontal do Sul, Município de Pontal do Paraná. Partindo do ponto 01 de coordenada N=7.169.871,3138 e E=770.31,4639, situado na linha seca de divisa na esquina da Rua dos Golfinhos e a Rua Dourado; Deste, segue pela linha seca de divisa, confrontando com a Rua Dourado, com azimute de 153°08'55" e distâncias de 116,49m, até o ponto 02; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 6,33m, até o ponto 03; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

6,33m, até o ponto 03; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 40,03m e desenvolvimento de 30,27m, até o ponto 04; Deste, segue em arco na esquina da Rua Dourado e a Rua Garoupa, com raio de 5,98m e desenvolvimento de 7,64m, até o ponto 05; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Rua Garoupa, com azimute de 243°09'19" e distância de 131,73m, até o ponto 06; Deste, segue em arco na esquina da Rua Garoupa com a Alameda dos Siris, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 07; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Alameda dos Siris, com azimute de 333°09'19" e distância de 140,11m, até o ponto 08; Deste, segue em arco na esquina da Alameda dos Siris com a Rua dos Golfinhos, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 09; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Rua dos Golfinhos, com azimute de 63°09'19" e distância de 153,00m, até o ponto 10; Deste, segue em arco na esquina da Rua dos Golfinhos com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 01; ponto onde teve início esta descrição, perfazendo a área total de 25.080,00 m²;

§ 1º – Os imóveis descritos neste artigo, cujas avaliações totalizam o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ficará por esta Lei, depois de concedida a imissão na posse, desafetados de sua natureza de bem público e passam a integrar a categoria de bem domínial.

§ 2º – Os recursos provenientes da venda dos imóveis descritos neste artigo passarão a incorporar Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social conforme previsão da Lei Municipal nº 10 de 16 dezembro de 2009, artigo 3º, inciso VI.

§ 3º – Para fins de efetivação da alienação mencionada no *caput*, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar os instrumentos contratuais que forem adequados e necessários à transferência em favor do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR dos direitos que o Município detém sobre os imóveis, tais como promessas de cessão de direitos ou de venda dos imóveis e, bem assim, das escrituras públicas definitivas de compra e venda.

Art. 2º – Os bens imóveis descritos no artigo 1º, desta Lei serão utilizados exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e constarão dos bens e direitos integrantes do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários, observadas, quanto a tais bens, as seguintes restrições:

- I - Não integrem o ativo da Caixa Econômica Federal;
- II - Não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da Caixa Econômica Federal;
- III - Não compõem a lista de bens e direitos da Caixa Econômica Federal para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

IV - Não podem ser dados em garantia de débito de operação da Caixa Econômica Federal;

V - Não são passíveis de execução por quaisquer credores da Caixa Econômica Federal, por mais privilegiados que possam ser;

VI - Não podem ser constituídos quaisquer ônus reais sobre o imóvel.

Art. 3º – Os imóveis objetos da alienação ficarão isentos do recolhimento dos seguintes tributos municipais:

I – ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis:

a) quando da assinatura dos instrumentos contratuais mencionados no parágrafo 2º do artigo 1º, que tenham por objeto a promessa da cessão de direitos ou de venda dos imóveis ou a venda definitiva da propriedade dos imóveis do Município para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR;

b) quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, representada pela Caixa Econômica Federal;

II – IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto permanecerem sob a propriedade do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR;

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 13 de junho de 2014.

EDGAR ROSSI
Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO BORGES MARIN
Procurador Geral

LUIZ CARLOS KREZINSKI
Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná

Ofício nº020/2014-1L

Pontal do Paraná, 05 de Junho de 2014.

Exmo. Sr.

EDGAR ROSSI

DD. Prefeito do Município de Pontal do Paraná

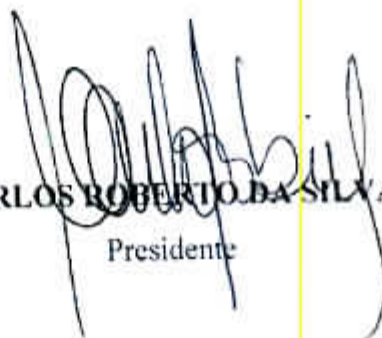
Assunto: Encaminhamento de Projetos de Lei.

Senhor Prefeito:

Anexo encaminho à Vossa Excelência, Projetos de Lei sob os nºs. 027, 029, 030 e 031/14, autografado por esta Presidência, para providências preceituadas no Artigo 51 da Lei Orgânica do Município.

Sem mais para o momento, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,


CARLOS ROBERTO DA SILVA
Presidente

Solicitante:
Camara Municipal de Pontal do Paraná
N. Processo: 004656/06/2014
Protocolado em: 11/06/2014
Assunto:....:Projetos
Sub-assunto:Leis
Sumula:....:Projetos nº027, 029, 030 e 031
/14-OF. 20/14-1L



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná

PROJETO DE LEI N.º 027/14.

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar áreas de terras ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2014, APROVOU E EU PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE LEI.

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal, objetivando promover a construção de moradias destinadas à alienação para famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal, fica autorizado, após depósito do valor integral das áreas a serem especificadas e consequente concessão da imissão da posse, a alienar ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, regido pela Lei no. 10.188, de 12.02.2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do PMCMV, os imóveis descritos abaixo:

I – Área 01 -Descrição: Área de terreno situada no local denominado Santa Mônica, Quadra D-E, Lote 200-A da Planta Balneário Santa Mônica, no Município de Pontal do Paraná-Paraná, resultante da unificação dos Lotes 200 à 226 da quadra "D" e os lotes 262 à 283 da quadra "E" e incorporação da Rua Mar Del Plata e áreas de uso comum, medindo 172,00m de frente para a Avenida Santa Mônica, no lado direito de quem da referida avenida olha o imóvel mede 217,12m, em três linhas, sendo que a primeira mede 116,00m, confrontando com a Rua Capri, a segunda mede 37,50m confrontando com o Lote 284 e a terceira mede 63,62m confrontando com os Lotes 284, 285, 286, 287 e 288, no lado esquerdo mede 180,49m confrontando com a Rua Biarritz,

Av. Beira Mar, S/N – Pontal do Sul – Pontal do Paraná -Fone/Fax: (041) 455-1574 – 455-1571





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

e na linha de fundos mede 135,03m, confrontando com o Canal Lagoa Amarela, perfazendo uma área total de 28.535,54m² de forma irregular.

II – Área 2 - Descrição: Área de terreno, situado no local denominado Pontal do Sul, Município de Pontal do Paraná. Partindo do ponto 01 de coordenada N=7.169.871,3138 e E=770.161,4639, situado na linha seca de divisa na esquina da Rua dos Golfinhos e a Rua Dourado; Deste, segue pela linha seca de divisa, confrontando com a Rua Dourado, com azimute de 153°08'55" e distâncias de 116,49m, até o ponto 02; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 6,33m, até o ponto 03; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 6,33m, até o ponto 03; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 40,03m e desenvolvimento de 30,27m, até o ponto 04; Deste, segue em arco na esquina da Rua Dourado e a Rua Garoupa, com raio de 5,98m e desenvolvimento de 7,64m, até o ponto 05; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Rua Garoupa, com azimute de 243°09'19" e distância de 131,73m, até o ponto 06; Deste, segue em arco na esquina da Rua Garoupa com a Alameda dos Siris, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 07; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Alameda dos Siris, com azimute de 333°09'19" e distância de 140,11m, até o ponto 08; Deste, segue em arco na esquina da Alameda dos Siris com a Rua dos Golfinhos, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 09; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Rua dos Golfinhos, com azimute de 63°09'19" e distância de 153,00m, até o ponto 10; Deste, segue em arco na esquina da Rua dos Golfinhos com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 01; ponto onde teve início esta descrição, perfazendo a área total de 25.080,00 m²;

§ 1º – Os imóveis descritos neste artigo, cujas avaliações totalizam o montante de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), ficará por esta Lei, depois de concedida a imissão na posse, desafetados de sua natureza de bem público e passam a integrar a categoria de bem dominial.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

§ 2º - Os recursos provenientes da venda dos imóveis descritos neste artigo passarão a incorporar Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social conforme previsão da Lei Municipal nº 1041, de 16 dezembro de 2009, artigo 3º, inciso VI.

§ 3º- Para fins de efetivação da alienação mencionada no *caput*, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar os instrumentos contratuais que forem adequados e necessários à transferência em favor do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR dos direitos que o Município detém sobre os imóveis, tais como promessas de cessão de direitos ou de venda dos imóveis e, bem assim, das escrituras públicas definitivas de compra e venda.

Art. 2º – Os bens imóveis descritos no artigo 1º desta Lei serão utilizados exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e constarão dos bens e direitos integrantes do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários, observadas, quanto a tais bens, as seguintes restrições:

- I - Não integrem o ativo da Caixa Econômica Federal;
- II - Não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da Caixa Econômica Federal;
- III - Não compõem a lista de bens e direitos da Caixa Econômica Federal para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;
- IV - Não podem ser dados em garantia de débito de operação da Caixa Econômica Federal;
- V - Não são passíveis de execução por quaisquer credores da Caixa Econômica Federal, por mais privilegiados que possam ser;
- VI - Não podem ser constituídos quaisquer ônus reais sobre o imóvel.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

Comissão de Urbanismo e Infraestrutura Municipal

Processo Legislativo nº240/2014

Anteprojeto de Lei nº030/2014

Autoria: Poder Executivo

Assunto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar áreas de terras ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal.

Parecer

1. Relatório

Conforme preceitua o Art.58, III, “c”, “d”, “e” e “o”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, chega para análise desta Comissão o anteprojeto de lei de autoria do Poder Executivo pretendendo autorização legislativa para alienar duas áreas de propriedade do Município, ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por unanimidade de seus membros, emitiu parecer pela legalidade e constitucionalidade de referida proposição – fls. 06 e 07.

2. Análise

Consta da mensagem ao anteprojeto de lei a seguinte justificativa:

“.... Em razão da demanda por habitações populares, conforme 469 (quatrocentos e sessenta e nove) cadastros desta secretaria, o município de Pontal do Paraná tem desenvolvido ações durante o último ano para construir, em parceria com o Governo Federal, através do Ministério das Cidades e a COHAPAR, 02 Conjuntos Habitacionais de Interesse Social na Cidade Balneária Santa Mônica, em Praia de Leste e no Balneário Pontal do Sul, Protocolo Geral do Estado nº12.062.160.2 e 16.062.162.9, respectivamente. A autorização legislativa é parte fundamental para viabilizar o empreendimento ora proposto pelo município e beneficiará os cidadãos pontalenses que não possuem casa própria.” Fls.02



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

Comissão de Urbanismo e Infraestrutura Municipal

Embora parte da análise reste prejudicada em função do Executivo não ter anexado as matrículas imobiliárias das áreas, diante do enorme interesse social que reveste a matéria e cientes da necessidade de programas de habitação popular, esta Comissão entende pela possibilidade de tramitação da proposição.

3. Voto

Diante do acima exposto e do que consta da Mensagem, opino no sentido de que o projeto poderá ser apresentado para análise e deliberação do Douto Plenário, voto acompanhado pela unanimidade dos membros desta Comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.



MARCELO DO TIÃO
Presidente

PASTORA DÉBORA
Relatora



NELSON MADEMAR
Membro

Protocolo Geral do Estado - Protocolo pesquisado

Número do Protocolo: 12.062.162-9 **Órgão:** COHAPAR **Em:** 19/07/2013
Interessado 1: PONTAL DO PARANA
Assunto: CONSTRUCAO/OBRAS
Detalhamento: SOLICITA PARCERIA COM A COHAPAR PARA CONSTRUCAO DE MORADIAS POPULARES-AREA 03-MERCADO BALNEARIO PONTAL DO SUL-MATRICULA N:32227 COMARCA DE MATINHOS
Palavra Chave: HABITACAO POPULAR
Origem: PREFEITURA **Cidade:** PONTAL DO PARANA - PR
Onde está: COHAPAR/ERCT - ESCR. REG. CURITIBA REG.METROP
Local de Envio: COHAPAR/DEPA em 30/01/2014.
Tramitação: PARA PROVIDENCIAS

Maiores informações sobre este protocolo

COHAPAR/ERCT - ESCR. REG. CURITIBA REG.METROP
Telefone: (41) 33621929 Ramal:

Histórico de Tramitação

Voltar

Protocolo Geral do Estado - Protocolo pesquisado

Número do Protocolo: 12.062.160-2 **Órgão:** COHAPAR **Em:** 19/07/2013
Interessado 1: PONTAL DO PARANA
Assunto: CONSTRUCAO/OBRAS
Detalhamento: SOLICITA PARCERIA COM A COHAPAR PARA CONSTRUCAO DE MORADIAS POPULARES-AREA 01 SANTA MONICA-BALNEARIO SANTA MONICA QUADRA "D" LOTES 262 A 283 E QUADRA "E" LOTES 200 A 226 EM SUBSTITUICAO A AREA NO BALNEARIO LAS VEGAS
Palavra Chave: HABITACAO POPULAR
Origem: PREFEITURA **Cidade:** PONTAL DO PARANA - PR
Onde está: COHAPAR/ERCT - ESCR. REG. CURITIBA REG.METROP
Local de Envio: COHAPAR/DEPA em 30/01/2014.
Tramitação: PARA PROVIDENCIAS

Maiores informações sobre este protocolo

COHAPAR/ERCT - ESCR. REG. CURITIBA REG.METROP
Telefone: (41) 33621929 Ramal:[Histórico de Tramitação](#)[Voltar](#)

Protocolo Geral do Estado - Parecer

Número do Protocolo: 12.062.160-2
Descrição do Trâmite: ANALISAR
Interessado: - PONTAL DO PARANA

Parecer de: COHAPAR/DEPH para COHAPAR/ERCT em 22/07/2013

EM 31/10/13 ENCAMINHAMOS AO DEPA PARA ANALISE O QU
E SEGUE -1 PLANTA LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO -2
CD ARQUIVO DWG -3 ART LEVANTAMENTO HONIALTIMETRIC
O -4 VIABILIDADE COPEL -5 VIABILIDADE SANEPAR OBS
DOUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO SR VANDER DA PREFEITU
RA DE PONTAL DO PARANA AO ERCT EM 31/10/13

Voltar

Protocolo Geral do Estado - Parecer

Número do Protocolo: 12.062.160-2
Descrição do Trâmite: PARA DESPACHO
Interessado: - PONTAL DO PARANA

Parecer de: COHAPAR/ERCT para COHAPAR/DEPA em 31/10/2013

Para elaboração de projetos.

[Voltar](#)

Protocolo Geral do Estado - Parecer

Número do Protocolo: 12.062.160-2

Descrição do Trâmite: ANDAMENTO INICIAL

Interessado: - PONTAL DO PARANA

Parecer de: COHAPAR/PTG para COHAPAR/DEPH em 19/07/2013

Para análise e juntada de documentos

[Voltar](#)

Protocolo Geral do Estado - Histórico de Tramitação

Número do Protocolo: 12.062.160-2

Interessado: - PONTAL DO PARANA

Página 1 de 1 : (Total de 7 registros)

	Seq. Protocolo	Data	Local para	Local para	Tramitação
<u>Sim</u>	007	19/12/2013	COHAPAR/SUJU	COHAPAR/DEPA	PARA PROVIDENCIAS
<u>Sim</u>	006	11/12/2013	COHAPAR/DEPA	COHAPAR/SUJU	PARA PROVIDENCIAS
<u>Sim</u>	005	09/12/2013	COHAPAR/DEPR	COHAPAR/DEPA	INFORMAR
Não	004	19/11/2013	COHAPAR/DEPA	COHAPAR/DEPR	PARA PROVIDENCIAS
<u>Sim</u>	003	31/10/2013	COHAPAR/ERCT	COHAPAR/DEPA	PARA DESPACHO
<u>Sim</u>	002	22/07/2013	COHAPAR/DEPH	COHAPAR/ERCT	ANALISAR
<u>Sim</u>	001	19/07/2013	COHAPAR/PTG	COHAPAR/DEPH	ANDAMENTO INICIAL

Página 1 de 1 : (Total de 7 registros)

[Voltar](#)

Protocolo Geral do Estado - Parecer

Número do Protocolo: 12.062.160-2

Descrição do Trâmite: PARA PROVIDÊNCIAS

Interessado: - PONTAL DO PARANA

Parecer de: COHAPAR/SUJU para COHAPAR/DEPA em 19/12/2013

Encaminhado a pedido do DEPH.

[Voltar](#)

Protocolo Geral do Estado - Parecer**Número do Protocolo:** 12.062.160-2**Descrição do Trâmite:** PARA PROVIDENCIAS**Interessado:** - PONTAL DO PARANA**Parecer de:** COHAPAR/DEPA para COHAPAR/SUJU em 11/12/2013Parecer Jurídico n.º 1597/13 - Meri Helem Hansel -
prot. n.º 2340[Voltar](#)

Protocolo Geral do Estado - Parecer

Número do Protocolo: 12.062.160-2

Descrição do Trâmite: INFORMAR

Interessado: PONTAL DO PARANA

Parecer de: COHAPAR/DEPR para COHAPAR/DEPA em 09/12/2013

Para parecer da minuta do convênio.

[Voltar](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná



Of. 11/14- DL

Pontal do Paraná, em 30 de abril de 2014.

Exmo. Sr.

Marcelo Ribeiro da Silva

DD. Presidente da Comissão de Urbanismo e Infraestrutura Municipal.

Ref. Anteprojeto de Lei 024/14.

Senhor Presidente:

Conforme preceitua o Inciso I do art. 148 do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem por meio deste, encaminhar a esta conceituada Comissão de Urbanismo e Infraestrutura Municipal, o Anteprojeto de Lei nº. 024/14, de iniciativa do Poder Executivo, para esta conceituada comissão emitir parecer no prazo máximo de cinco (05) dias.

Comunico que o processo já esta com o parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Sem mais para o momento, no aguardo.

Atenciosamente


ISMAEL GERVAZI PLANTES
Diretor Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 30/2014

MENSAGEM Nº. 29/2014

AUTOR: Executivo Municipal

SÚMULA "Autoriza o Poder Executivo a alienar áreas de terras ao fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica federal".

I – Relatório

O Prefeito Municipal propõe o projeto de Lei consoante à súmula acima.

II – Análise

Pela Constituição Federal, e pela Lei Orgânica e Regimento interno e demais leis específicas o Prefeito Municipal tem competência para propor o presente projeto de Lei. Quanto a Iniciativa também é competência do Executivo, e quanto à técnica legislativa, mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

Dado o exposto, a presente proposição atende aos anseios da Administração e da comunidade Pontalense, haja vistas que esse projeto visa promover o assentamento de moradores principalmente quem reside em beira de canal.

III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico, boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido e apreciado de acordo com a conveniência e o juízo de cada parlamentar.

Por isso, voto pela sua aprovação

Sala das Sessões, 22 de abril de 2014.

Pontal do Sul – Fone (041) 3455-8950 – Pontal do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná



Adriano Ron Borges
Relator

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO em sessão de 26 de abril de 2014, opinou unanimemente com o Relator e, no mérito, pela apreciação do presente Projeto de Lei.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Dr. Valdevino Simões, Vereador Juvante e vereadora Nega.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2014.

[Assinatura]
Presidente

Adriano Ron Borges
Relator

[Assinatura]
Membro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Ofício nº 203/2014 – GAB/PGM

Pontal do Paraná, 10 de abril de 2014.

Assunto: Encaminha Mensagem nº 029/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conforme preceitua o Artigo 46, § 1º, da Lei Orgânica do Município, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, em regime de urgência, por essa Casa Legislativa, a **Mensagem nº 029/2014**, acompanhada do Projeto de Lei que **"Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar áreas de terras ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal."**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.


EDGAR ROSSI
PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
PROTOCOLO
Processo nº 240/14
Data 15.04.14
Hora 13:53
Ass. GAB

Excelentíssimo Senhor
CARLOS ROBERTO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 029/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar áreas de terras ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal"**, a fim de que seja analisado e votado pelos Nobres Edis desta Casa de Leis

Em razão da demanda por habitações populares, conforme 469 (quatrocentos e sessenta e nove) cadastros desta secretaria, o município de Pontal do Paraná tem desenvolvido ações durante o último ano para construir, em parceria com o Governo Federal, através do Ministério das Cidades e a COHAPAR, 02 Conjuntos Habitacionais de Interesse Social na Cidade Balneária Santa Mônica, em Praia de Leste e no Balneário Pontal do Sul, Protocolo Geral do Estado nº 12.062.160.2 e 16.062.162-9, respectivamente.

A autorização legislativa é parte fundamental para viabilizar o empreendimento ora proposto pelo município e beneficiará os cidadãos pontalenses que não possuem casa própria.

Diante do exposto e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.


EDGAR ROSSI
PREFEITO



PROJETO DE LEI

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar áreas de terras ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal."

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal, objetivando promover a construção de moradias destinadas à alienação para famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal, fica autorizado, após depósito do valor integral das áreas a serem especificadas e consequente concessão da imissão da posse, a alienar ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, regido pela Lei no. 10.188, de 12.02.2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do PMCMV, os imóveis descritos abaixo:

I – Área 01 -Descrição: Área de terreno situada no local denominado Santa Mônica, Quadra D-E, Lote 200-A da Planta Balneário Santa Mônica, no Município de Pontal do Paraná-Paraná, resultante da unificação dos Lotes 200 à 226 da quadra "D" e os lotes 262 à 283 da quadra "E" e incorporação da Rua Mar Del Plata e áreas de uso comum, medindo 172,00m de frente para a Avenida Santa Mônica, no lado direito de quem da referida avenida olha o imóvel mede 217,12m, em três linhas, sendo que a primeira mede 116,00m, confrontando com a Rua Capri, a segunda mede 37,50m confrontando com o Lote 284 e a terceira mede 63,62m confrontando com os Lotes 284, 285, 286, 287 e 288, no lado esquerdo mede 180,49m confrontando com a Rua Biarritz, e na linha de fundos mede 135,03m, confrontando com o Canal Lagoa Amarela, perfazendo uma área total de 28.535,54m² de forma irregular.

II – Área 2 - Descrição: Área de terreno, situado no local denominado Pontal do Sul, Município de Pontal do Paraná. Partindo do ponto 01 de coordenada N=7.169.871,3138 e E=770.161,4639, situado na linha seca de divisa na esquina da Rua dos Golfinhos e a Rua Dourado; Deste, segue pela linha seca de divisa, confrontando com a Rua Dourado, com azimute de 153°08'55" e distâncias de 116,49m, até o ponto 02; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 6,33m, até o ponto 03; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 6,33m, até o ponto 03; Deste, segue em arco, confrontando com a Rua Dourado, com raio de 40,03m e desenvolvimento de 30,27m, até o ponto 04; Deste, segue em arco na esquina da Rua Dourado e a Rua Garoupa, com raio de 5,98m e desenvolvimento de 7,64m, até o ponto 05; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Rua Garoupa, com azimute de 243°09'19" e distância de 131,73m, até o ponto 06; Deste, segue em arco na esquina da Rua Garoupa com a Alameda dos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Siris, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 07; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Alameda dos Siris, com azimute de 333°09'19" e distância de 140,11m, até o ponto 08; Deste, segue em arco na esquina da Alameda dos Siris com a Rua dos Golfinhos, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 09; Deste, segue por linha seca de divisa confrontando com a Rua dos Golfinhos, com azimute de 63°09'19" e distância de 153,00m, até o ponto 10; Deste, segue em arco na esquina da Rua dos Golfinhos com a Rua Dourado, com raio de 6,00m e desenvolvimento de 9,43m, até o ponto 01; ponto onde teve início esta descrição, perfazendo a área total de 25.080,00 m²;

Parágrafo Primeiro – Os imóveis descritos neste artigo, cujas avaliações totalizam o montante de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), ficará por esta Lei, depois de concedida a imissão na posse, desafetados de sua natureza de bem público e passam a integrar a categoria de bem dominial.

Parágrafo Segundo – Os recursos provenientes da venda dos imóveis descritos neste artigo passarão a incorporar Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social conforme previsão da Lei Municipal nº 1041, de 16 dezembro de 2009, artigo 3º, inciso VI.

Parágrafo Terceiro – Para fins de efetivação da alienação mencionada no *caput*, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar os instrumentos contratuais que forem adequados e necessários à transferência em favor do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR dos direitos que o Município detém sobre os imóveis, tais como promessas de cessão de direitos ou de venda dos imóveis e, bem assim, das escrituras públicas definitivas de compra e venda.

Art. 2º – Os bens imóveis descritos no artigo 1º, desta Lei serão utilizados exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e constarão dos bens e direitos integrantes do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários, observadas, quanto a tais bens, as seguintes restrições:

- I - Não integrem o ativo da Caixa Econômica Federal;
- II - Não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da Caixa Econômica Federal;
- III - Não compõem a lista de bens e direitos da Caixa Econômica Federal para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;
- IV - Não podem ser dados em garantia de débito de operação da Caixa Econômica Federal;
- V - Não são passíveis de execução por quaisquer credores da Caixa Econômica Federal, por mais privilegiados que possam ser;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



VI - Não podem ser constituídos quaisquer ônus reais sobre o imóvel.

Art. 3º – Os imóveis objetos da alienação ficarão isentos do recolhimento dos seguintes tributos municipais:

I – ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis:

a) quando da assinatura dos instrumentos contratuais mencionados no parágrafo 2º do artigo 1º, que tenham por objeto a promessa da cessão de direitos ou de venda dos imóveis ou a venda definitiva da propriedade dos imóveis do Município para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR;

b) quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, representada pela Caixa Econômica Federal.

II – IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto permanecerem sob a propriedade do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR;

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 10 de abril de 2014.

EDGAR ROSSI
Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO BORGES MARIN
Procurador Geral

LUIZ CARLOS KREZINSKI
Secretário Municipal de Habitação
e Urbanismo